



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

## PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO 2026

### ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO

#### Informações gerais:

- Este processo seletivo é constituído por duas provas: a primeira objetiva e a segunda discursiva.
- A prova objetiva contém 30 questões de múltipla escolha, contendo cada questão cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo que somente uma delas estará correta.
- A prova discursiva contém proposta de elaboração de uma proposição legislativa.
- Utilize somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.
- Verifique se os seus dados estão corretos e assine no local adequado.
- Você terá o prazo máximo de 1h (uma hora) para realizar a prova objetiva, inclusive para preenchimento do gabarito. E 1h (uma hora) para realizar a prova discursiva.
- Durante a realização da prova objetiva é terminantemente proibido realizar consulta a quaisquer aparelhos eletrônicos.
- Para a realização da prova discursiva, será permitido ao(à) candidato(a) consultar a internet por meio de celular próprio, sendo livre a pesquisa.
- Caso o(a) candidato(a) não disponha de acesso próprio à internet, a Câmara Municipal de Dois Córregos disponibilizará rede Wi-Fi para utilização durante a realização da prova discursiva, exclusivamente para fins de consulta.
- Você será acompanhado(a) durante todo o período de realização das provas por servidor da Câmara Municipal, então o comunique no caso de qualquer intercorrência.
- **Obs.:** todas as questões constantes da prova objetiva deste processo seletivo foram selecionadas de concursos públicos realizados por renomadas bancas de concurso do país, de domínio público, amplamente divulgadas e disponibilizadas pela rede mundial de computadores, com as alterações e adaptações necessárias para melhor compatibilização com os objetivos aqui propostos.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

**PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO 2026**  
**ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO**  
**PROVA OBJETIVA**

<b>Candidato(a):</b>
<b>Dois Córregos, 25 de maio de 2026.</b>
<b>Assinatura do candidato:</b>
<b>Assinatura do servidor:</b>

**QUESTÕES**

**1.** O Presidente da Câmara Municipal do Município “X”, com o intuito de recompor perdas inflacionárias, editou uma Portaria concedendo a revisão geral anual de vencimentos, abrangendo tanto os servidores da Casa Legislativa quanto os servidores da Prefeitura Municipal. Diante desse cenário e em conformidade com as normas de repartição de competências previstas na Constituição Federal de 1988, o referido ato é:

- a.** Constitucional, uma vez que a autonomia administrativa do Poder Legislativo permite ao seu Presidente realizar o reajuste de todos os servidores municipais via ato infralegal.
- b.** Inconstitucional, pois a revisão de vencimentos de qualquer servidor público municipal é matéria de competência privativa e exclusiva do Chefe do Poder Executivo, independentemente do Poder ao qual o servidor pertença.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- c. Constitucional, pois, em virtude do princípio da simetria, o Chefe do Poder Legislativo possui competência concorrente com o Prefeito para legislar sobre o regime jurídico dos servidores municipais.
  - d. Inconstitucional, pois, embora a matéria possa ser disciplinada por Portaria, o Presidente da Câmara extrapolou suas funções ao incluir os servidores do Poder Executivo no ato normativo.
  - e. Inconstitucional, pois a fixação ou alteração de remuneração deve ser feita por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, sendo vedada a concessão de reajuste via portaria.
- 2.** No sistema constitucional brasileiro, a separação de Poderes é cláusula pétrea. Dentre as funções típicas atribuídas aos Poderes da União, qual deles detém a competência precípua para a inovação da ordem jurídica por meio do processo legislativo?
- a. Poder Legislativo.
  - b. Poder Judiciário.
  - c. Superior Tribunal de Justiça.
  - d. Poder Executivo.
  - e. Superior Tribunal Federal.
- 3.** A estrutura político-administrativa da Federação Brasileira atribui competências específicas a cada ente. No âmbito municipal, os Poderes Executivo e Legislativo são exercidos, respectivamente, por:
- a. Câmara dos Vereadores e Prefeitura.
  - b. Assembleia legislativa e Prefeitura.
  - c. Prefeitura e Assembleia Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- d. Câmara dos Vereadores e Tribunal de Justiça.
  - e. Prefeitura e Câmara dos Vereadores.
- 4.** Complete a lacuna: A Câmara Municipal, órgão colegiado do Poder Legislativo local, também é referida como (I). No pacto federativo, o Município é gerido pelo (II), que exerce a chefia da administração, e fiscalizado pelo (III), que possui funções legislativas e de controle externo. A alternativa que preenche corretamente os itens é:
- a. I. Poder Judiciário, II. Poder Municipal e III. Federal.
  - b. I. Poder Legislativo Municipal II. Executivo e III. Legislativo.
  - c. I. Poder Executivo, II. Legislativo e III. Executivo.
  - d. I. Poder Federal, II. Executivo e III. Judiciário.
  - e. I. Poder Legislativo Municipal, II. Legislativo, III. Executivo.
- 5.** De acordo com o art. 2º da Constituição Federal de 1988, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si:
- a. Judiciário, Executivo, Legislativo e Poder Moderador.
  - b. Legislativo, Executivo e Judiciário.
  - c. Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público.
  - d. Judiciário, Legislativo, Executivo, Ministério Público e Defensoria Pública.
  - e. Legislativo e Executivo.
- 6.** A teoria das funções do Estado prevê que cada Poder possua funções precípua (típicas) e acessórias (atípicas). São funções típicas dos poderes Executivo e Legislativo, respectivamente:
- a. Elaboração de normas gerais; prática de atos de gestão pública sob a lei.
  - b. Execução das leis; função jurisdicional quando provocado.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- c. Fiscalização da execução das leis; gestão administrativa dos serviços públicos.
- d. Gestão administrativa discricionária; escolha do Chefe do Poder Executivo.
- e. Prática de atos de administração em cumprimento à legislação; elaboração de normas gerais e abstratas, bem como a fiscalização de sua execução.

**7.** Sobre a organização dos Poderes e a repartição de competências na República Federativa do Brasil, analise as assertivas abaixo:

- I. O Legislativo Federal é bicameral, enquanto nos Estados e Municípios é unicameral.
- II. O Executivo é responsável pela gestão direta e implementação de políticas públicas.
- III. O Poder Judiciário é composto por juízes, promotores de justiça, desembargadores e ministros, por exemplo, e é o único dos três poderes presente apenas no âmbito federal e estadual.

Quais estão corretas?

- a. Apenas I.
- b. Apenas II.
- c. Apenas I e II.
- d. Apenas II e III.
- e. I, II e III.

**8.** O sistema de separação de Poderes corresponde à divisão funcional do poder político do Estado, com a atribuição das funções governamentais básicas



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

a órgãos independentes e especializados. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é CORRETO afirmar que

- a. São quatro os Poderes estruturais do Estado federal brasileiro: Executivo, cuja função é a administração do Estado, de acordo com o ordenamento jurídico vigente; Legislativo, cuja função primordial é justamente elaborar as normas a serem cumpridas; Judiciário, ao qual compete a distribuição da justiça, no cumprimento da legislação vigente; e Moderador, composto por Ministério Público e Defensoria Pública, que fiscalizam e equilibram a atuação dos demais Poderes.
- b. O Poder Judiciário não pode declarar a inconstitucionalidade de leis elaboradas pelo Poder Legislativo e de atos administrativos editados pelo Poder Executivo, exceto se houver autorização do Senado Federal, mediante a edição de decreto específico.
- c. Dentre as atribuições do Poder Legislativo, não é função típica deste Poder fiscalizar financeira e administrativamente os atos do Poder Executivo.
- d. O Ministério Público integra o Poder Judiciário, com a finalidade de defender a ordem jurídica, desempenhando função essencial à justiça.
- e. O Poder Executivo, no âmbito federal, deve ser exercido pelo Presidente da República, no âmbito estadual, pelos Governadores de Estados e do Distrito Federal, e no âmbito dos Municípios, pelos Prefeitos Municipais, dentro dos limites da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**9.** Sobre as funções estatais e a produção normativa, considere as afirmativas:

- I. A atividade legislativa inova o ordenamento jurídico criando direitos e obrigações de caráter geral.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

II. A ordem jurídica é composta pelo conjunto de normas, princípios e mecanismos de integração.

III. Na organização brasileira, apenas o Poder Legislativo exerce, ainda que de forma atípica, a função de legislar.

- a. Nenhuma afirmativa está correta.
- b. Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c. A afirmativa II está incorreta.
- d. As afirmativas II e III estão corretas.
- e. Todas as afirmativas estão corretas.

**10.** Em relação à organização administrativa e judiciária do Estado, assinale a opção INCORRETA:

- a. As funções básicas atribuídas aos Poderes estruturais do Estado federal brasileiro são a de elaboração de leis, normas gerais e abstratas a serem impostas coativamente a todos (função legislativa), administração do Estado, de acordo com o arcabouço normativo elaborado pelo Poder Legislativo (função executiva) e realização da atividade jurisdicional mediante distribuição da justiça (função judiciária).
- b. O Poder Judiciário pode declarar a inconstitucionalidade de leis elaboradas pelo Poder Legislativo e de atos administrativos editados pelo Poder Executivo, atuando de forma independente, sem subordinação e conflito com estes, a fim de atender a finalidade do Estado de assegurar o bem comum para todos.
- c. O Poder Legislativo tem a atribuição de fiscalizar financeira e administrativamente os atos do Poder Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- d. O Poder Executivo deve ser exercido pelo Presidente da República, dentro dos limites da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- e. A Defensoria Pública integra o Poder Judiciário, com a finalidade de defender a ordem econômica e financeira, desempenhando função essencial à justiça.

**11.** Os atos administrativos são instrumentos utilizados pela administração pública para alcançar seus objetivos, possuem características específicas, conhecidas como atributos, que ajudam a compreender a natureza e os efeitos desses atos. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona os atributos dos atos administrativos:

Primeira coluna

- 1. Presunção de legitimidade.
- 2. Autoexecutoriedade.
- 3. Tipicidade.
- 4. Imperatividade.

Segunda coluna

- Os atos administrativos podem ser executados pela própria Administração Pública diretamente, independentemente de autorização dos outros poderes.
- É o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras previamente definidas pela lei como aptas a produzir determinados efeitos.
- Os atos administrativos são impostos a todos independentemente da vontade do destinatário.
- A Administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabe ao



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima.

Assinale a alternativa que apresenta a CORRETA associação entre as colunas:

- a. 2, 3, 4 e 1.
- b. 3, 1, 4 e 2.
- c. 1, 4, 2 e 3.
- d. 3, 2, 1 e 4.
- e. 4, 3, 2 e 1.

**12.** João solicita à Prefeitura licença para construir em terreno de sua propriedade que atende a todos os requisitos urbanísticos. Duas semanas depois, a licença é concedida. Esta anuência administrativa caracteriza-se como:

- a. Poder hierárquico, sendo ato discricionário.
- b. Poder hierárquico, sendo ato vinculado.
- c. Poder de polícia (consentimento), sendo ato vinculado.
- d. Poder de polícia (ordem), sendo ato discricionário.
- e. Poder de polícia (ordem), sendo ato vinculado.

**13.** Os agentes públicos pode ser agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração com o Estado. Assinale a alternativa que apresenta um agente político.

- a. Assessor Parlamentar.
- b. Fiscal do IBAMA.
- c. Vereador.
- d. Servidor ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal.
- e. Diretora de unidade escolar.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

**14.** Agentes políticos exercem funções governamentais e possuem regime jurídico diferenciado. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um exemplo de agente político:

- a. Secretário Estadual.
- b. Senador da República.
- c. Chefe do Poder Executivo Municipal.
- d. Ministro de Estado.
- e. Procurador do Estado.

**15.** São exemplos de Agentes Políticos, detentores de mandato eletivo ou cargos de cúpula constitucional:

- a. Servidores estatutários e temporários.
- b. Prefeitos e Vereadores.
- c. Ministros do STF e Assessores parlamentares.
- d. Jurados e Deputados Estaduais.
- e. Defensores Públicos e Governadores.

**16.** Agentes que exercem funções primárias do Estado, percebem subsídios, possuem prerrogativas constitucionais e sujeitam-se a julgamento por crime de responsabilidade são denominados:

- a. Empregados públicos.
- b. Servidores públicos civis.
- c. Agentes políticos.
- d. Servidores especiais.
- e. Agentes públicos especiais.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

**17.** A União não repassou o Fundo de Participação do Município (FPM) para o Município “A”. Então, a Câmara dos Vereadores do citado Município ajuizou ação contra a União para que esta liberasse acesso ao mencionado Fundo. Diante de tal fato, segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ),

- a. a Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica nem judiciária.
- b. a Câmara de Vereadores não possui personalidade judiciária, mas apenas personalidade jurídica, de modo que somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais, entendidos esses como sendo os relacionados ao funcionamento, à autonomia e à independência do órgão, o que não permite a cobrança judicial do FPM por parte do órgão legislativo municipal.
- c. para se aferir a legitimação ativa dos órgãos legislativos, é necessário qualificar a pretensão em análise para se concluir se está ou não relacionada a interesses e prerrogativas institucionais, não se enquadrando, nesse rol, o interesse patrimonial do ente municipal, como o FPM.
- d. por se tratar de um assunto ligado aos direitos institucionais da Câmara Municipal, estas têm personalidade jurídica para ajuizar diretamente ação judicial para exigir o repasse do FPM.
- e. a Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo normalmente.

**18.** Nos Municípios de até 30.000 (trinta mil) habitantes, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a. 7 (sete) Vereadores.
- b. 11 (onze) Vereadores.
- c. 9 (nove) Vereadores.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- d. 13 (treze) Vereadores.
- e. 15 (quinze) Vereadores.

**19.** Sobre o controle de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a. O sistema jurídico proíbe qualquer controle de lei municipal perante a CF.
- b. Admite-se Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF contra lei municipal.
- c. Não é possível o controle difuso de lei municipal perante a Constituição Federal.
- d. É plenamente possível o controle difuso de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal.
- e. Admite-se ADI se a lei municipal for posterior à promulgação da CF/88.

**20.** Sobre as normas gerais de licitação e contratos administrativos previstas na Lei Federal n. 14.133 de 2021, julgue os itens abaixo:

- ( ) A licitação destina-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e a observância do princípio da isonomia.
- ( ) O procedimento licitatório deve observar critérios objetivos previamente definidos no edital.
- ( ) É vedado à Administração Pública estabelecer tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
- ( ) Os atos praticados no procedimento licitatório são, em regra, públicos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

A sequência correta (V ou F) é:

- a. V • F • F • F
- b. V • V • F • V
- c. F • V • V • V



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

d. V • V • V • F

e. F • F • V • V

**21.** Acerca do controle de constitucionalidade de leis municipais, assinale a alternativa correta:

- a. É vedado em qualquer hipótese o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade de lei municipal perante o STF.
- b. A lei municipal somente pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade junto ao STF, tendo como paradigma a Constituição Federal.
- c. É cabível recurso extraordinário, dirigido ao STF, interposto em face de decisão de Tribunal de Justiça local que julga inconstitucional lei municipal contrastada perante a Constituição Estadual, desde que o paradigma de constitucionalidade estadual seja norma de reprodução obrigatória pelo Estado-Membro por força do princípio da simetria.
- d. A lei municipal pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, sendo incabível o controle difuso.
- e. Tendo em vista o papel peculiar do Município na Federação Brasileira, somente é possível o controle de constitucionalidade de lei municipal pela via difusa.

**22.** União, Estados-membros e Municípios podem ser chamados de Entidades Estatais, ou simplesmente entes da Federação, sendo organismos maiores por meio dos quais, age o governo ou o poder político. Considerando o que foi apresentado, assinale a opção correta:

- a. são entidades do poder legislativo: Governo Federal, Governo Distrital e Câmara Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- b. são entidades do poder judiciário: Tribunais Superiores STF, STJ, TSE, STM e Câmara Legislativa.
  - c. são entidades do poder judiciário: Tribunais Superiores STF, STJ, TSE, STM e TST (Ministros), Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunal do Distrito Federal (Desembargadores), Fórum da Justiça Local (Juízes de Direito), porém, o Município não possui competência sobre o Judiciário.
  - d. são entidades do poder legislativo: Governo Municipal, Governo Distrital, Câmara Legislativa e Câmara Municipal.
  - e. são entidades do poder executivo: Governo Estadual, Governo Municipal e Câmara Distrital.
- 23.** Para garantir o controle preventivo de constitucionalidade no âmbito do processo legislativo, as Casas devem manter obrigatoriamente a:
- a. Comissão de Constituição e Justiça ou similar.
  - b. Comissão Parlamentar de Inquérito ou similar.
  - c. Conselho Deliberativo ou similar.
  - d. Secretaria Executiva da Mesa ou similar.
  - e. Mesa Diretora.
- 24.** A reserva de iniciativa é tema sensível no Direito Público. A proposição de leis que disponham sobre a organização administrativa do Poder Executivo compete:
- a. Ao Chefe do Poder Executivo.
  - b. Concorrentemente ao Chefe do Executivo e do Legislativo.
  - c. Privativamente ao Chefe do Executivo, apenas se for Lei Complementar.
  - d. A qualquer parlamentar, em razão do princípio democrático.
  - e. À Mesa Diretora da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

**25.** Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de Dois Córregos, é correto afirmar que:

- a. A Câmara é composta por 11 Vereadores para uma Legislatura de 4 anos.
- b. Existem apenas duas comissões permanentes na estrutura da Casa.
- c. As sessões ordinárias ocorrem obrigatoriamente aos domingos.
- d. A CCJ é impedida por lei de analisar o mérito constitucional das propostas.
- e. São quatro as comissões permanentes: Constituição e Justiça; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas; Educação, Saúde e Assistência Social; e Finanças e Orçamento.

**26.** Uma Câmara Municipal iniciou um procedimento licitatório com o objetivo de contratar serviços de locação de computadores, por meio da modalidade pregão, devendo definir como parâmetro para a avaliação das propostas apresentadas:

- a. Maior retorno econômico ou maior desconto.
- b. Menor preço ou técnica e preço.
- c. Menor preço ou maior desconto.
- d. Técnica e preço ou maior desconto.
- e. Melhor técnica ou conteúdo artístico.

**27.** Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a. O princípio da legalidade permite ao administrador agir livremente quando houver interesse público.
- b. O princípio da publicidade é absoluto, não admitindo exceções.
- c. O princípio da eficiência foi introduzido expressamente na Constituição por emenda constitucional.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- d. O princípio da moralidade não possui relevância jurídica.
  - e. O princípio da impessoalidade permite promoção pessoal de agentes públicos.
- 28.** Sobre o processo legislativo municipal, assinale a alternativa correta:
- a. O Prefeito não participa do processo legislativo.
  - b. A Câmara Municipal não pode derrubar veto do Prefeito
  - c. Vereadores não podem propor projetos de lei.
  - d. O Prefeito pode sancionar ou vetar projetos aprovados pela Câmara.
  - e. Não existe promulgação de leis no âmbito municipal.
- 29.** No âmbito da Câmara Municipal de Dois Córregos, considerando as funções institucionais do Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:
- a. A função típica da Câmara Municipal é exclusivamente administrativa.
  - b. A Câmara Municipal não exerce função fiscalizatória sobre o Poder Executivo.
  - c. Além de legislar, a Câmara Municipal exerce função de controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo.
  - d. A função legislativa é exercida exclusivamente pelo Prefeito.
  - e. A Câmara Municipal não pode julgar contas do Prefeito.
- 30.** Uma Câmara Municipal aprova um projeto de lei, porém o Prefeito decide vetá-lo integralmente por entender que ele não atende ao interesse público. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:
- a. O Prefeito só poderia vetar o projeto caso identificasse inconstitucionalidade na proposta;
  - b. Se a Câmara Municipal não analisar o veto dentro do prazo de 60 dias, ele será automaticamente mantido;



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- c. O Prefeito tem a possibilidade de vetar apenas partes do projeto, incluindo trechos específicos como palavras ou expressões;
- d. No âmbito municipal, não há previsão legal para o veto por parte do Prefeito;
- e. Se o veto for derrubado pela maioria absoluta dos vereadores, o projeto será promulgado como lei.